



## **EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 006/2026 PARA CREDENCIAMENTO**

### **INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026**

O Município de Bonfinópolis de Minas-MG, por intermédio de sua Prefeitura Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 002/2023, torna público seu interesse em contratar a pessoas jurídicas para a prestação de serviços técnicos destinados à realização de avaliações, perícias e à emissão de atestados, laudos, pareceres e relatórios técnicos, conforme demanda da Administração Pública, conforme especificações contidas no Anexo I, e demais condições estabelecidas neste EDITAL, através de CREDENCIAMENTO, observadas as disposições legais da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Os interessados deverão fazer o credenciamento na sede da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, situado na Av. Argemiro Barbosa da Silva, nº 870, Bonfinópolis de Minas – MG, 38650-000, e/ou pelo e-mail: [licitabonfinopolis@gmail.com](mailto:licitabonfinopolis@gmail.com), a partir do dia **26/01/2026**.

#### **1- DO OBJETO**

1. O objeto do presente edital é o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços técnicos destinados à realização de avaliações, perícias e à emissão de atestados, laudos, pareceres e relatórios técnicos, conforme demanda da Administração Pública.

#### **2- DO CREDENCIAMENTO**

2.1 – Não poderão participar deste processo administrativo pessoas jurídicas ou físicas, que:

2.1.1 - Cuja insolvência ou falência tenha sido decretada, em concurso de credores, em dissolução, em liquidação e em consórcio de prestadores de serviço, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.1.2 – Que por qualquer motivo tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal.

2.2 - As pessoas Jurídicas interessadas em realizar o Credenciamento, deverá apresentar os seguintes documentos:

##### **2.2.1 DA HABILITAÇÃO FISCAL:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;
- c) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;



- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa; da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

### **2.2.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Documento de Identificação válido em Território Nacional do representante legal da empresa;
- b) Cópia do Registro comercial, no caso de empresa individual; **OU**
- c) Cópia do Ato constitutivo, estatuto, contrato social e alterações em vigor ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; **OU**
- d) Cópia do Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

### **2.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa expedida pelo distribuído da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para a realização da sessão pública do Pregão; **OU**
- b) A empresa licitante, submetida a processo de recuperação judicial, deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira para assumir o contrato e, neste aspecto, apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique encontrar-se apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **2.2.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

- a) Declaração conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (ANEXO IV);
- b) Declaração de Concordância (ANEXO II);
- c) Declaração firmada que tem condições de executar os serviços constantes no anexo III deste edital;
- d) Atestado de Capacidade Técnica da empresa com objeto de demonstrar experiência na execução do objeto pretendido.

2.3 - A habilitação dos interessados ficará condicionada à verificação dos seus respectivos registros, no ato do credenciamento.



2.4 – Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido o original antecipadamente ao término do prazo, para autenticação por parte desta Comissão Permanente de Licitação, ou por publicações em órgão da imprensa Oficial, e serão recebidos condicionalmente por esta Comissão, que, se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade.

2.5 - Não serão aceitas cópias ilegíveis, que não ofereçam condições de leitura das informações nelas contidas por parte desta mesma Comissão Permanente de Licitação.

2.6 - Os interessados que não apresentarem todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, não serão credenciados.

### **3 – DAS CONDIÇÕES APÓS HOMOLOGAÇÃO**

3.1 – Os CREDENCIADOS regularmente serão convocados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de anulação do credenciamento.

### **4 – ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

4.1 – Realizar os exames clínicos/médicos com Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, Avaliação Psicossocial e Perícia dos colaboradores indicados pelo Setor de Recurso Humanos do Município de Bonfinópolis de Minas, conforme descrito em Termo de Referência.

4.2 – Desempenhar suas atividades com absoluta isenção, imparcialidade e autonomia.

4.3 - Manter sigilo absoluto sobre suas observações e conclusões as quais devem se restringir ao laudo pericial.

4.4 - Solicitar informações e exames complementares ao periciando bem como aos profissionais de saúde que o assistirem, sempre que julgar necessário, respeitado o sigilo profissional e a legislação vigente.

### **5 - DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1 – Os exames clínicos serão realizados nas dependências da Prefeitura Municipal, em local por ela indicado ou no consultório do profissional credenciado ou em estabelecimento hospitalar, conforme designado pela Administração.

5.1.1 - A realização em domicílio ou estabelecimento hospitalar ficara condicionada à comprovação de impossibilidade de deslocamento do paciente através de laudo médico.

### **6 – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

a) Executar os serviços objeto deste credenciamento nas condições, prazos, datas, horários e locais definidos pelo Setor de Recursos Humanos ou setor demandante, em



estrita observância às disposições deste Edital, do Termo de Referência, da Proposta apresentada e dos demais documentos que o integram;

b) Realizar, conforme encaminhamento da Administração, os serviços técnicos profissionais na área de saúde ocupacional e psicossocial, compreendendo avaliações clínicas ocupacionais, avaliações psicossociais, perícias técnicas correlatas, bem como a emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), laudos, pareceres, relatórios e demais documentos pertinentes, observados o dia, horário e local designados para atendimento;

c) Garantir que os Atestados de Saúde Ocupacional – ASO, quando exigidos, sejam emitidos por médico legalmente habilitado, em conformidade com as diretrizes da Norma Regulamentadora nº 07 (NR-07 – PCMSO) e demais normas trabalhistas, sanitárias e regulamentares aplicáveis;

d) Avaliar, com base em exames clínicos, avaliações psicossociais, perícias técnicas e instrumentos adequados, a aptidão ou inaptidão para o exercício de atividades laborais, bem como aspectos físicos, mentais e psicossociais, conforme a finalidade administrativa do encaminhamento;

e) Emitir e entregar ao setor responsável os atestados, laudos, relatórios psicossociais, pareceres técnicos e demais documentos decorrentes da execução dos serviços, observando as normas legais, técnicas e éticas vigentes, contendo identificação do profissional responsável e respectivo registro no conselho de classe competente;

f) Apresentar, sempre que solicitado pelo Departamento de Recursos Humanos ou setor demandante, relatórios mensais ou periódicos contendo a relação dos serviços prestados no âmbito da saúde ocupacional e psicossocial;

g) Comunicar, de forma imediata e obrigatória, à Administração Pública qualquer irregularidade, intercorrência ou fato relevante de que tenha conhecimento e que possa comprometer a execução dos serviços ou o cumprimento do objeto deste credenciamento;

h) Zelar pela fiel observância dos Códigos de Ética Profissional aplicáveis às áreas médica, psicológica e correlatas, bem como pelo sigilo das informações, dados pessoais e dados sensíveis obtidos em razão da prestação dos serviços;

i) Não alterar instalações, endereço, equipe técnica responsável ou horários de atendimento informados no processo de credenciamento, sem prévia e expressa anuência, por escrito, da Administração Pública;

j) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer ônus, ações, demandas, custos ou despesas decorrentes de danos causados à Administração Pública ou a terceiros, por culpa ou dolo próprio, de seus empregados, profissionais vinculados ou prepostos, relacionados à execução do objeto deste credenciamento;

l) Responder por danos materiais, morais ou físicos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, assumindo todas as responsabilidades civis, administrativas e legais cabíveis;





m) Prestar, sempre que solicitado, esclarecimentos à Administração Pública acerca de atos, fatos ou ocorrências relacionadas à execução dos serviços objeto deste credenciamento, independentemente de notificação formal.

#### **6.2 – Caberá à CONTRATANTE:**

- a) fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários ao profissional para prestação dos serviços;
- b) notificar o CREDENCIADO, por escrito, quaisquer irregularidades que venha a ocorrer, em função da execução do contrato;
- c) pagar o CREDENCIADO o preço estabelecido nos termos deste edital.
- d) agendar as perícias médicas de acordo com necessidade da Prefeitura Municipal.

### **7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 – Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta do seguinte orçamento geral do CONTRATANTE: 02.02.01.04.122.0401.2015- 3.3.90.39.00 – ficha 118.

### **8 – DO PAGAMENTO**

8.1 - O pagamento será efetuado mensalmente até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao que for realizado o serviço, mediante apresentação de nota fiscal se for pessoa jurídica ou RPA se pessoa física;

8.2 - Todas as despesas decorrentes da prestação de serviços correrão por conta do CREDENCIADO, inclusive transporte, alimentação e hospedagem.

### **9 – DOS PRAZOS**

9.1 – O contrato a ser firmado com os interessados, terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovado de acordo com as partes até no máximo 60 (sessenta) meses. Em cada renovação anual será feito reajuste dos valores, de acordo com índices inflacionários oficiais (IGPM).

### **10 - DAS SANÇÕES**

10.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções além das responsabilidades por perdas e danos:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes multas:

1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento);

2) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se houver;

10.4. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5. A Multa compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da Cláusula 10.1 será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

10.6. A multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” da cláusula 10.1, será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% do valor do Contrato.

10.7. Para infração descrita na alínea “b” da Cláusula 10.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% do valor do Contrato.

10.8. Para infrações descritas na alínea “d” da Cláusula 10.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

10.9. Para a infração descrita na alínea “a” da Cláusula 10.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

10.10. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



10.12. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.15. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.16. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.18. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



10.21. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 – O Município poderá cancelar de pleno direito o Contrato que vier a ser assinado em decorrência deste processo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, de informações não divulgadas ao público e as quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as condições estabelecidas pela Administração; e
- e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

11.2 – A Administração poderá, por despacho fundamentado e até a assinatura do contrato, excluir qualquer interessado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a esta assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade.

11.3 - A Administração se reserva ainda no direito de, por despacho fundamentado da autoridade competente, e sem que caiba, em qualquer dos casos, direito de indenização:

- a) revogar a processo administrativo, em razão de conveniência administrativa;
- b) anular, total ou parcialmente, o procedimento, em razão de ilegalidade ocorrida em seu curso.

11.4 – As questões decorrentes da execução deste Processo, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Bonfinópolis de Minas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.5 – Havendo mais de um CREDENCIADO, ficará a cargo do servidor a escolha de qual empresa ou profissional irá realizar sua perícia médica, devendo a manifestação ser realizada diretamente na Prefeitura Municipal, para agendamento e realização da respectiva perícia.

11.6 – Complementam o presente edital, tornando-se parte integrante:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Declaração de Concordância;
- Anexo III - Minuta do Contrato;
- Anexo IV - Declaração de Capacidade;





**PREFEITURA DE**  
**BONFINÓPOLIS**  
**DE MINAS**  
ADMINISTRAÇÃO | 2025/2028

**NOSSO POVO**  
**EM PRIMEIRO**  
**LUGAR**

Anexo V – Declaração da empresa, conforme disposto no Inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal; Anexo VI – Modelo Proposta.  
Anexo VI – Modelo Proposta.

Bonfinópolis de Minas-MG, 23 de janeiro de 2026.

---

**GUILHERME FRANKLIN DE CARVALHO SANTOS**  
**Secretário Municipal De Administração**  
**Matricula: 2373-8**



## Anexo I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços técnicos destinados à realização de avaliações, perícias e à emissão de atestados, laudos, pareceres e relatórios técnicos, conforme demanda da Administração Pública.

1.2. A natureza do objeto é a **prestação de serviços técnicos especializados**, sem fornecimento de bens.

1.3. Os serviços abrangem, entre outros:

- Avaliações clínicas ocupacionais e emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO);
- Perícias médicas e multiprofissionais;
- Avaliações psicossociais;
- Emissão de laudos, pareceres e relatórios técnicos.

#### 1.4. Quantitativos

1.4.1. Os quantitativos são **indeterminados**, por se tratar de credenciamento, sendo os serviços solicitados conforme a necessidade da Administração, **sem garantia de demanda mínima**.

#### 1.5. Prazo do contrato

1.5.1. O contrato terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite legal de **60 (sessenta) meses**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

---

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação fundamenta-se nos **Estudos Técnicos Preliminares (ETP)** elaborados pela Administração, os quais demonstram a necessidade de garantir suporte técnico especializado para:

- Avaliação da saúde ocupacional dos servidores;
- Regularidade administrativa e funcional;
- Segurança jurídica dos atos administrativos.

2.2. Considerando que os ETP não contêm informações sigilosas relevantes, seus elementos essenciais foram utilizados como base para a elaboração deste Termo de Referência.



2.3. O credenciamento é o meio mais adequado, por possibilitar:

- Atendimento contínuo e célere;
- Livre adesão de interessados;
- Ausência de exclusividade;
- Redução de riscos administrativos.

### 3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CICLO DE VIDA DO OBJETO)**

3.1. A solução compreende todo o **ciclo de vida do serviço**, desde:

- Credenciamento e habilitação dos prestadores;
- Encaminhamento dos servidores pela Administração;
- Execução dos serviços de saúde ocupacional e psicossocial;
- Emissão de documentos técnicos;
- Fiscalização, pagamento e encerramento contratual.

3.2. Ao final do contrato, cessam as obrigações, preservado o dever de sigilo e guarda documental pelo prazo legal.

### 4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Poderão se credenciar pessoas jurídicas que:

- Possuam objeto social compatível com o objeto;
- Comproven regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Apresentem atestado de capacidade técnica;
- Disponham de profissionais legalmente habilitados e registrados nos respectivos conselhos de classe.

4.2. Os serviços deverão observar:

- NR-07 (PCMSO);
- Normas sanitárias e éticas;
- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

### 5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução ocorrerá **sob demanda**, mediante encaminhamento formal do Setor de Recursos Humanos.

5.2. O fluxo de execução compreende:

1. Solicitação do serviço pela Administração;
2. Agendamento pelo credenciado;
3. Realização da avaliação/perícia;
4. Emissão do laudo/ASO/relatório;
5. Entrega ao setor competente.



5.3. Os serviços poderão ser realizados:

- Nas dependências da Administração;
- No consultório/clínica do credenciado;
- Em unidade hospitalar, quando necessário.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas pelo **Setor de Recursos Humanos** ou servidor designado.

6.2. Compete ao fiscal:

- Acompanhar a execução dos serviços;
- Conferir documentos emitidos;
- Atestar serviços para pagamento;
- Registrar ocorrências e irregularidades.

6.3. A fiscalização não exime o credenciado de suas responsabilidades.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. A medição será realizada **por serviço efetivamente executado**, com base:

- No encaminhamento formal;
- No laudo ou documento emitido;
- No atesto do fiscal do contrato.

7.2. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação de **Nota Fiscal**, após o atesto da execução.

7.3. Não haverá pagamento por serviços não solicitados ou não realizados.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. A seleção ocorrerá por **credenciamento**, mediante **chamamento público**, permitindo a habilitação de todos os interessados que atendam aos requisitos.

8.2. Não haverá competição entre os credenciados, sendo a escolha do prestador feita conforme critérios administrativos, disponibilidade e conveniência do serviço.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. A estimativa de valores será elaborada em **documento apartado**, contendo:

- Pesquisa de preços;
- Valores unitários referenciais;
- Memória de cálculo;
- Parâmetros utilizados.





9.2. O referido documento será classificado conforme o grau de sigilo, nos termos da legislação.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente, a ser indicada no edital e no contrato.

## **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. Este Termo de Referência integra o Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente.

Bonfinópolis de Minas, 23 de janeiro de 2026.

**GUILHERME FRANKLIN DE CARVALHO SANTOS**  
**Secretário Municipal De Administração**  
**Matricula: 2373-8**



**ANEXO III**  
**MINUTA DO CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2026**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS  
MÉDICAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-  
MG E \_\_\_\_\_, NA FORMA  
ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na sediado na v. Argemiro Barbosa da Silva, nº 870, Bonfinópolis de Minas – MG, 38650-000, inscrito no **CNPJ nº 18.125.138/0001-82**, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. Manoel da Costa Lima, CPF nº xxxxxx, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa ou o Dr. ...., com endereço na Rua ..... nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., neste ato representado pelo Sr. .... CPF nº ..... e identidade nº ....., doravante denominada **CREDENCIADO**, celebram o presente Contrato de prestação de serviços de realização de perícias médicas aos beneficiários, oriundo do processo de Chamamento Público para Credenciamento nº 003/2026, obedecidas todas as disposições constantes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O objeto do presente edital é o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços técnicos destinados à realização de avaliações, perícias e à emissão de atestados, laudos, pareceres e relatórios técnicos, conforme demanda da Administração Pública.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

2.1 O CREDENCIADO, além da execução dos serviços, obrigar-se-á a:

- a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado;
- c) cumprir rigorosamente os prazos contratuais estabelecidos;
- d) efetuar os serviços em seu consultório ou outro local compatível, desde que autorizado pela CONTRATANTE, após a assinatura do contrato, de conformidade com as especificações contratadas;
- e) efetuar os serviços, após a assinatura do contrato, de conformidade com as especificações solicitadas e não transferi-los a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, podendo consorciar-se com profissionais da área;
- f) responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos ou despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus



empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital;

g) responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao SIGLA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

h) em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços objeto deste Processo, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

i) prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação;

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. O CONTRATANTE obrigará-se a:

a) fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários ao profissional para prestação de serviços;

b) notificar o CREDENCIADO, por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venha a ocorrer, em função de execução do contrato;

c) pagar ao CREDENCIADO o preço estabelecido na Cláusula Quinta, nos termos deste Contrato;

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO**

4.1. O contrato a ser firmado com os CREDENCIADOS, terá a vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser renovado de acordo com as partes em até 60 (sessenta) meses. Em cada renovação anual será feito reajuste dos valores, de acordo com índices inflacionários oficiais (IGPM).

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

5.1. O CONTRATANTE pagará ao CREDENCIADO pela prestação dos serviços descritos na cláusula primeira, já computadas as despesas referentes à hospedagem, transporte e alimentação no período acima declinado, o valor por perícia de **R\$ XXX,XX (extenso)**.

### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao que serviu de referência, mediante apresentação de Nota Fiscal se pessoa jurídica ou RPA se for pessoa física;

6.2. Todas as despesas decorrentes da prestação de serviços correrão por conta do CREDENCIADO inclusive transporte, alimentação, hospedagem e encargos sociais de sua responsabilidade.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

7.1. Os reajustes dos honorários deverão atender as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Em cada renovação anual será feito reajuste dos valores, de acordo com índices inflacionários oficiais (IGPM).



## **CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

8.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções além das responsabilidades por perdas e danos:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes multas:

- 1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento);
- 2) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se houver;

8.4. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. A Multa compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da Cláusula 8.1 será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

8.6. A multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” da cláusula 8.1, será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% do valor do Contrato.





8.7. Para infração descrita na alínea “b” da Cláusula 8.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% do valor do Contrato.

8.8. Para infrações descritas na alínea “d” da Cláusula 8.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

8.9. Para a infração descrita na alínea “a” da Cláusula 8.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

8.10. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.15. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.16. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



8.18. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.21. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO**

9.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.2. Na hipótese da Cláusula 9.1, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Parágrafo Sétimo. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- b) Indenizações e multas.

9.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.



9.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

9.8. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

9.10. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá os valores das Notas fiscais correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

9.11. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida art. 3º, § 3º, do Decreto nº 7.203, de 4 de julho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

10.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta do seguinte orçamento geral do CONTRATANTE:

02.02.01.04.122.0401.2015- 3.3.90.39.00 – ficha 118.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) APLICADA À SAÚDE OCUPACIONAL**

11.1. O CREDENCIADO compromete-se a tratar os dados pessoais e dados sensíveis de saúde dos servidores avaliados exclusivamente para a finalidade da execução dos serviços de saúde ocupacional e psicossocial, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

11.2. O tratamento de dados deverá observar os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, confidencialidade e responsabilização.

11.3. É vedada a divulgação, compartilhamento ou utilização dos dados pessoais e sensíveis para finalidade diversa da prevista neste credenciamento, salvo por determinação legal ou judicial.

11.4. O CREDENCIADO deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos, perda, destruição ou qualquer forma de tratamento inadequado.

11.5. O descumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**



Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de Bonfinópolis de Minas - Minas Gerais.

E, para firmeza e como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo de Contrato, que depois de lido e achado conforme, será assinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma pelas partes contratantes.

Bonfinópolis de Minas, \_\_\_\_de \_\_\_\_de 2025.

Pelo CREDENCIANTE  
Manoel da Costa Lima – Prefeito

Pela CREDENCIADA  
Nome - Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
NOME

2. \_\_\_\_\_  
NOME